

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita volta a desmentir imposto e multa sobre Pix 2

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
SERVIDOR PÚBLICO

A PEC 38/2025 e os servidores aposentados (Artigo) 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo tem déficit primário de R\$ 20,2 bi em novembro 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo quer retomar discussão de títulos isentos em 2026 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Motta fecha o 1 ano com liderança questionada 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Receita extra em dezembro deve "salvar" meta fiscal 11

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma muda a aposentadoria em 2026 (Previdência) 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Correios querem cortar R\$ 7,4 BI POR ANO 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

CSN recebe financiamento de R\$ 1,13 bilhão do BNDES 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fatia de "empresas-zumbi" no Brasil é a maior de emergentes 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
ECONOMIA

CNBB critica retrocesso do Congresso 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Ganho de produtividade gerado pela IA ainda é restrito, afirma FGV Ibre 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Investimento fere arcabouço, mas segue baixo 25

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O impacto do clima global na mesa do brasileiro (Artigo) 27

Receita volta a desmentir imposto e multa sobre Pix

I PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

A **Receita Federal** divulgou ontem um **comunicado** em que volta a desmentir cobrança de imposto sobre transações acima de R\$ 5 mil e uma suposta multa de 150% para quem não pagar o falso tributo. Notícias falsas similares já haviam sido desmentidas no início de 2025.

"A Constituição Federal proíbe a tributação de movimentações financeiras. Isso não existe e nunca irá existir nos termos da Constituição atual", disse a **Receita Federal**.

"Não existe nenhuma tributação de 27,5% em transações, é completamente falso; também é mentira que exista qualquer multa de 150% por falta de declaração", acrescentou.

As notícias falsas relacionam duas medidas distintas: o monitoramento mais rígido de transações suspeitas via Pix e a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A PEC 38/2025 e os servidores aposentados (Artigo)

Miriam Cheissele

Miriam Cheissele ADVOGADA, É MESTRE EM DIREITO PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFSM

A Proposta de Emenda à Constituição n.º 38/2025 (PEC 38/2025), apresentada como nova reforma administrativa sob o discurso de "aperfeiçoar a governança e extinguir privilégios", retoma uma agenda centrada no ajuste fiscal e não na melhoria ou expansão dos serviços públicos. Sob a justificativa da "eficiência", o texto promove alterações profundas no regime jurídico dos **servidores públicos** e fragiliza direitos históricos, inclusive de aposentados.

Os dados, contudo, não confirmam esse diagnóstico. Levantamento da República.org indica que mais de 60% dos servidores atuam no nível municipal, com mediana salarial de R\$ 2.800,33. Metade dos trabalhadores do setor público recebe até R\$ 3.567, e cerca de 70% dos estatutários ganham menos de R\$ 5 mil, concentrados nas áreas de saúde, educação e segurança. Apenas cerca de 1% se aproxima do teto constitucional. Em comparação, o Brasil possui proporção de servidores inferior à de países como Chile, Argentina e Uruguai.

Outro ponto é que a proposta tende a restringir exatamente os serviços mais essenciais à população vulnerável. Os novos artigos 28-A e 29-A impõem tetos às despesas primárias de Estados e municípios, mesmo em cenários de aumento de arrecadação. Na prática, isso significa compressão orçamentária em áreas como saúde, educação e segurança, com redução de investimentos em leitos hospitalares, vagas em creches e políticas de assistência social, em descompasso com a função social do Estado.

A proposta também institui o chamado "acordo de resultados", mecanismo que vincula a remuneração dos servidores ao cumprimento de metas e indicadores de desempenho. O pagamento de bônus transforma a valorização funcional em variável de produtividade, submetendo o serviço público à lógica de premiação fiscal e não à sua missão constitucional de efetivação de direitos. Tratase de mudança de paradigma incompatível com o modelo de Estado social-democrático consagrado na Constituição de 1988, que concebeu a administração pública como

instrumento de efetivação de direitos fundamentais.

No tocante aos aposentados, a PEC explicita seus efeitos ao vedar, no artigo 37, inciso XXIII, alínea "m", a instituição ou extensão de verbas remuneratórias baseadas em desempenho ou de parcelas indenizatórias.

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece que gratificações de desempenho podem ser estendidas aos aposentados quando possuam caráter geral ou quando a própria lei preveja porcentual fixo vinculado ao cargo, como decidido no RE 476.279, para preservar a isonomia.

A aposentadoria passa, assim, de projeção natural do vínculo funcional a critério de exclusão.

O quadro se agrava ao se considerar que os aposentados já não recebem auxílio-alimentação, conforme a Súmula Vinculante n.º 55, permanecem sujeitos à contribuição previdenciária e podem perder auxílios indenizatórios, como o de saúde, justamente em fase marcada pelo aumento de despesas médicas e redução da renda. Tal cenário contraria o artigo 230 da Constituição e o Estatuto do Idoso, que impõem ao Estado o dever de assegurar condições dignas à população idosa.

A gravidade da proposta se intensifica com o artigo 6.º, § 2.º, que determina a extinção imediata de verbas indenizatórias percebidas em desacordo com a Constituição ou com a própria emenda, afastando a invocação de direito adquirido. Trata-se de ruptura com a segurança jurídica e com a proteção das situações consolidadas, valores reconhecidos pelo STF como integrantes do núcleo intangível da Constituição.

O texto ainda rompe o elo entre gerações de servidores ao desestimular concursos públicos e abrir espaço para contratações precárias. O pretendido inciso II-A do artigo 37 engessa a abertura de concursos ao exigir comprovação de necessidade vinculada às metas do acordo de resultados. Essa lógica coincide com os Projetos de Lei n.º 3.069/2025, na Câmara, e n.º 3.086/2025, no Senado, que autorizam vínculos temporários de até seis anos em áreas-meio e áreasfim, excepcionando apenas determinadas funções do serviço público.

As consequências são também previdenciárias. O Regime Próprio de Previdência dos Servidores é sustentado pela solidariedade intergeracional.

A redução de concursos e o aumento de vínculos temporários, que não contribuem para o regime próprio, diminuem a base de arrecadação e fragilizam o equilíbrio atuarial. Ademais, a paridade entre ativos e inativos depende da existência de servidores de carreira em atividade. Sem eles, a paridade se esvazia na prática.

Nesse contexto, as restrições impostas pela PEC 38/2025 afrontam cláusulas pétreas da Constituição. O STF, em precedentes como as ADIs 939/DF e 3.128/DF, já reconheceu que os direitos e garantias individuais abrangem princípios estruturantes como isonomia, segurança jurídica, confiança legítima e dignidade da pessoa humana. Ao atingir esses pilares, a proposta ultrapassa os limites materiais de reforma constitucional. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo tem déficit primário de R\$ 20,2 bi em novembro

ELIANE OLIVEIRA

O Governo Central (formado por Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) registrou déficit primário (receitas menos despesas, antes do pagamento dos juros da dívida) de R\$ 20,2 bilhões em novembro deste ano, informou ontem o Ministério da Fazenda. O resultado representa uma deterioração em relação a novembro de 2024, quando o déficit havia sido de R\$ 4,5 bilhões, em valores nominais.

Do lado das despesas, houve aumento real de 4% em novembro, puxado sobretudo pela elevação dos benefícios previdenciários, que cresceram R\$ 3 bilhões, além de maiores gastos com pessoal e gastos discricionários - não obrigatórios, sobre os quais o governo tem liberdade para decidir se corta ou ajusta -, que cresceram R\$ 3,9 bilhões.

O resultado negativo de R\$ 20,2 bilhões foi composto por superávit de R\$ 1,4 bilhão do Tesouro Nacional e déficits de R\$ 239 milhões do Banco Central e de R\$ 21,3 bilhões da **Previdência Social**.

No acumulado de janeiro a novembro, o resultado primário do Governo Central foi negativo em R\$ 83,8 bilhões, em valores nominais. No período, a receita total cresceu 3,3% em termos reais em relação ao mesmo intervalo de 2024, enquanto a receita líquida avançou 2,9%. As despesas totais, no entanto, aumentaram 3,4% em termos reais.

Nos 11 primeiros meses de 2025, o déficit primário de R\$ 83,8 bilhões resultou de superávit de R\$ 245,4 bilhões do Tesouro Nacional e déficits de R\$ 914 milhões do BC e de R\$ 328,3 bilhões da Previdência.

MENOS DIVIDENDOS

Já quando se considera o acumulado de 12 meses até novembro, o resultado primário do Governo Central foi negativo em R\$ 57,4 bilhões, o equivalente a 0,47% do Produto Interno Bruto (**PIB**). No período, a receita líquida apresentou retração real, enquanto as despesas primárias avançaram. Em novembro, a receita total caiu 2,6% em termos reais frente ao mesmo mês de 2024, e a receita líquida recuou 4,8%. Enquanto isso, as despesas totais subiram 4% na mesma comparação.

De acordo com o Tesouro Nacional, o recuo das receitas deveu-se sobretudo à redução de 52,5% das receitas não administradas, o equivalente a R\$ 16,7 bilhões. O movimento foi puxado pela diminuição dos ingressos com dividendos e participações, que caíram R\$ 6,9 bilhões, e com concessões e permissões, que recuaram R\$ 4,7 bilhões.

No caso dos dividendos, o resultado decorre da ausência, em 2025, de um ingresso extraordinário de R\$ 6,1 bilhões do BNDES, registrado em novembro do ano passado. Já a retração das receitas de concessões está associada ao recebimento, em novembro de 2024, de R\$ 4,3 bilhões referentes às outorgas de usinas hidrelétricas no processo de desestatização da Copel, valor que não se repetiu neste ano.

Em sentido oposto, as receitas administradas pela **Receita Federal** tiveram alta real de 5,2%, impulsionada principalmente pela arrecadação líquida do IRPJ (R\$ 2,4 bilhões), do IRRF (R\$ 1,3 bilhão), além do avanço do IOF (R\$ 2,6 bilhões) e da Cofins (R\$ 1,8 bilhão).

A meta de resultado primário para 2025 é de déficit zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do **PIB**, o que corresponde a cerca de R\$ 30 bilhões, conforme as regras do arcabouço fiscal. Para fins de apuração do cumprimento da meta, serão desconsiderados aproximadamente R\$ 44,4 bilhões em despesas extraordinárias, relacionadas a precatórios e ao reembolso de aposentados afetados por fraude no **INSS**.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo quer retomar discussão de títulos isentos em 2026

THAÍS BARCELLOS E FABIO GRANER

O governo Luiz Inácio Lula da Silva quer retomar a discussão sobre o fim dos títulos isentos e debater alguns aspectos da tributação das empresas em 2026, para além da necessidade de apresentar um projeto de lei para definir as alíquotas do Imposto Seletivo. Apesar de o ano ser mais curto devido ao calendário eleitoral, a equipe econômica ainda pretende discutir a tributação sobre criptoativos e avançar em temas da agenda microeconômica.

Isso pode ser feito sob uma nova liderança no Ministério da Fazenda. O ministro Fernando Haddad deve deixar o cargo até o fim de fevereiro, com a intenção de colaborar com a campanha de reeleição do presidente Lula, e a perspectiva atual é que o número 2, Dario Durigan, assuma.

Caso bem-sucedidas, parte das iniciativas pode contribuir para o desafio de alcançar um superávit nas contas públicas em 2026. Será a primeira vez que o governo Lula terá de chegar a um resultado positivo em seu terceiro mandato, já desconsiderando as exclusões previstas no arcabouço fiscal, como os precatórios. A meta é um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), ou R\$ 34,3 bilhões. Nos anos anteriores, a margem de tolerância da meta era deficitária. Agora, será zero.

O Imposto Seletivo é a principal prioridade, porque começará a valer em 2027. Criado na **Reforma Tributária** e também conhecido como "imposto do pecado", este visa desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como cigarros, bebidas alcoólicas e açucaradas, além de recursos minerais extraídos.

A definição das alíquotas do Imposto Seletivo também será importante para calibrar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), parte federal do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) criado pela reforma, que também entra em vigor em 2027. Os valores serão maiores que a alíquota padrão do IVA.

TRIBUTAÇÃO DE CRIPTOATIVO

Paralelamente, o governo quer insistir na discussão do fim dos títulos isentos, como Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA). Essa era

uma das propostas mais polêmicas da medida provisória (MP) editada para substituir parte do efeito fiscal do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que perdeu validade por falta de análise do Congresso.

A resistência mobilizou diferentes grupos econômicos, mas contou com reclamação em peso do agronegócio e do mercado imobiliário, uma vez que o fim da isenção tende a encarecer o financiamento desses setores.

A equipe econômica, por sua vez, está convencida da necessidade de acabar com essa isenção, devido à assimetria com outros títulos, inclusive com papéis da dívida pública. O próprio secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, já disse que a concorrência com os títulos isentos atrapalha o processo de refinanciamento da dívida pública.

Mesmo com o ano curto, há ainda o interesse de iniciar o debate da **reforma tributária** corporativa. Temas como a discussão sobre os **impostos** incidentes sobre a folha de pagamento e dos Juros sobre Capital Próprio (JCP, uma forma de distribuir lucro ao acionista que deduz esse valor do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) estão entre os tópicos a serem debatidos.

Em 2023, o governo chegou a propor o fim do JCP, mas a iniciativa foi barrada no Congresso. Uma alternativa na mesa é o modelo europeu, que vincula esse benefício a um investimento efetivo que aumente o capital da empresa. O desalinhamento entre os diferentes tipos de tributação das empresas também está no radar.

Nesses casos da tributação corporativa, a lógica é dar massa crítica ao debate para que o tema chegue mais maduro no próximo governo, quando se espera haver um avanço efetivo. Outra discussão que deve ser encaminhada no ano que vem é a tributação de criptoativos.

Em novembro, o Banco Central regulamentou esse mercado e classificou parte das operações como câmbio, o que abre espaço para a incidência de IOF, por exemplo. Nesse caso, dependeria apenas de atos administrativos, sem passar pelo Congresso.

No Legislativo, a equipe econômica ainda deve buscar a aprovação de projetos pendentes da pauta microeconômica, como a Lei de Falências, a regulação concorrencial das big techs e o projeto que versa sobre a proteção dos investidores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Motta fecha o 1 ano com liderança questionada

Murillo Camarotto e Beatriz Roscoe

A ampla coalizão que garantiu uma vitória folgada para Hugo Motta (Republicanos-PB) na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, em fevereiro, converteu-se rapidamente no principal entrave de sua gestão. Na avaliação de dezenas de deputados ouvidos pelo Valor, a estratégia de tentar satisfazer governo, oposição e Centrão - sem deixar claras as próprias convicções - comprometeu significativamente o primeiro ano da presidência de Motta e colocou em xeque uma eventual recondução.

Independentemente do que acontecer em 2026, a leitura é a de que a Câmara e seu presidente terminam o ano com a imagem arranhada perante a opinião pública. A expectativa de melhora é depositada em um Motta "mais acomodado na cadeira", menos afogado em pautas "tóxicas" e mais disposto a dizer os "nãos" que teve dificuldade em verbalizar ao longo deste ano. Procurado ao longo das últimas semanas, Motta optou por não dar entrevista sobre o assunto.

A turbulência escalou no início do segundo semestre e chegou ao ápice no fim do ano, quando ele rompeu com lideranças do governo e da oposição e virou alvo de pesos-pesados do Centrão - seu ninho político. O líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ), foi à tribuna dizer que o presidente "perdeu as condições" de seguir no cargo. O ex-presidente da Casa Arthur Lira (PP-AL), considerado um aliado e artífice de sua eleição, classificou a gestão de Motta como uma "esculhambação".

Fora das primeiras apostas para a sucessão do todo-poderoso antecessor, Motta recebeu 444 votos entre os 513 possíveis, em um megabloco que abraçou do PT do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PL de Jair Bolsonaro. Sua juventude, temperamento e capacidade de articulação receberam elogios entusiasmados de bolsonaristas e petistas de peso, entre os quais o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Motta chegou a ser citado como a versão "doce" de Lira.

Uma das principais promessas de campanha era oferecer maior previsibilidade à pauta da Câmara, que até então funcionava ao sabor dos humores e interesses de Lira. Apesar de alguns ajustes na pauta

e do maior protagonismo dado às comissões temáticas, Motta revelou-se imprevisível do ponto de vista político, seja aos olhos do governo, da oposição e até dos correligionários.

"Ele não ouve ninguém, quer dizer, finge que ouve", criticou um deputado experiente do Centrão, considerado um aliado do presidente da Câmara. "Ninguém sabe ao certo quem é o "time" dele", continua o parlamentar. Nos bastidores, são considerados conselheiros do presidente os deputados Isnaldo Bulhões (AL), líder do MDB, e Doutor Luizinho (RJ), líder do PP, além do senador Ciro Nogueira (PP-PI), tido como o grande padrinho de Motta.

"Hugo é um dos meus melhores amigos desde a minha chegada a Brasília. Tem enfrentado um momento de extremismo no mundo e em nosso país. Um presidente eleito com o apoio do governo e da oposição tem, diariamente, o desafio de atender a todos na formação da pauta", defendeu Luizinho.

Ciro Nogueira e Lira não retornaram. Já o líder do MDB na Câmara defendeu que a presidência do paraibano tem como marca uma "democracia interna". Para Bulhões, a gestão do aliado melhorou muito a vida dos deputados. "O funcionamento das comissões, os critérios mais democráticos de distribuição de relatorias e presidências, decisões de pauta colegiadas, é um jeito de funcionar muito melhor para os parlamentares do que as presidências anteriores, que costumavam ser mais autoritárias e centralizadoras."

A sombra de Lira é um dos fatores mais citados como algo "corrosivo" à administração de Motta. O mal-estar começou a ficar evidente em agosto, quando deputados bolsonaristas ocuparam a Mesa Diretora, impedindo a abertura da sessão. A cena de Motta, em pé, negociando a própria cadeira só não foi mais forte do que a de líderes correndo pelos corredores em direção ao gabinete de Lira, que intermediou o acordo para a desobstrução.

Na crise mais recente, a indisposição veio a público. Em uma manobra política desastrada, Motta perdeu o controle do plenário e assistiu ao deputado Glauber Braga (Psol-RJ), desafeto declarado de Lira, escapar de uma cassação dada como certa. Foi então que o ex-presidente, possesso, classificou o atual comando

da Câmara como uma "esculhambação". Meses antes, Lira já havia alfinetado Motta, ao dizer que ele daria "a volta por cima".

Durante um café da manhã com jornalistas, na última semana de trabalho do Congresso, Motta disse que discorda da avaliação de Lira, o que não impede de considerá-lo um amigo.

Um dia antes de se livrar da cassação, Glauber também ocupou a cadeira de Motta, mas o tratamento foi o oposto daquele dispensado aos bolsonaristas. Incomodado com as críticas à falta de pulso do episódio anterior, o presidente ordenou que o deputado do Psol fosse arrastado pela segurança plenário afora. De quebra, expulsou a imprensa e cortou o sinal da TV Câmara que transmitia o tumulto - algo inédito na Casa. Em poucas horas, conseguiu irritar governo, oposição e Centrão.

Quem tenta defendê-lo argumenta que Motta assumiu a cadeira em grande desvantagem em relação ao presidente anterior. "O Arthur tinha as emendas, os cargos e, principalmente, a delegação do governo para resolver as coisas. Hugo não tem nada disso", afirmou um aliado. "O Arthur tinha muitos credores na Câmara, muitos lhe deviam favores, diferente do Hugo, que teve que fomentar uma base", opinou outro deputado próximo.

Outro argumento favorável é de que, bem ou mal, Motta encerrou o primeiro ano sem "dívidas". Haddad, por exemplo, reconheceu que todas as pautas econômicas de interesse do governo foram endereçadas, com destaque para a reforma do Imposto de Renda, a regulamentação da **reforma tributária**, os cortes nos benefícios fiscais e a taxação de bets, fintechs e Juros sobre o Capital Próprio (JCP).

"Apesar de muito jovem [36 anos], Hugo já tem alguma experiência política. Ele está na Câmara desde os 21 anos, está no quarto mandato. O problema é que ainda não tem tanta experiência de vida, e isso faz diferença aqui", avaliou o presidente de um partido do Centrão.

Ele também foi criticado pela leniência no tratamento dado a deputados que deixaram o Brasil. Eduardo Bolsonaro (PL-SP), denunciado, e Alexandre Ramagem (PLRJ), já condenado, continuaram participando normalmente das sessões, votando e gerando despesas para a Casa. Só perderam o mandato no penúltimo dia antes do recesso, segundo Motta para evitar um novo "estresse institucional".

A postura apática nesses episódios

turbinou as críticas da base governista. Houve, no

entanto, momentos de confronto mais explícito. No primeiro episódio, em junho, ele patrocinou a derrubada de um decreto do presidente que atualizava as regras do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), visando maior arrecadação. A manobra abriu uma crise com o Planalto.

No segundo, ele indicou um bolsonarista de quatro costados para relatar um projeto de lei de autoria do governo na área que lhe é mais sensível: a segurança pública. Sem dar maiores explicações, Motta colocou à frente do PL antifacção o expolicial e deputado Guilherme Derrite (PP-SP), então secretário de Segurança do governador Tarécio de Freitas (Republicanos), considerado um eventual adversário de Lula em 2026.

A escolha - que enfureceu o governo - indicava que o presidente da Câmara caminhava mais claramente rumo à oposição. Mas nem sempre foi assim. Motta também teve duros embates com o bolsonarismo, em especial com o líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ). Além de "cozinhar" por meses a anistia aos golpistas de 8 de janeiro, Motta boicotou uma manobra para devolver ao texto do PL antifacção a equiparação com terrorismo, o que lhe rendeu apelidos como "ditadorzinho".

Foi no seu momento mais Centrão, entretanto, que Motta enfrentou o maior revés. Na noite de 16 de setembro, ele fez uma defesa apaixonada da proposta que ficou conhecida como "PEC da blindagem", pela qual parlamentares só poderiam ser investigados mediante

autorização prévia do próprio Congresso. "Essa não é uma pauta da direita ou da esquerda, é uma decisão que esta Casa terá que tomar no dia de hoje, visando o fortalecimento do nosso mandato parlamentar", disse.

Deu tudo errado. Deputados governistas que sinalizaram apoio ao texto recuaram e, apesar de aprovada, a proposta gerou uma mobilização inédita nas ruas e foi enterrada pelo Senado. Motta - que acabou se tornando a "cara" da PEC da blindagem - manifestou a aliados muita irritação com a postura do Senado, em especial do seu presidente, Davi Alcolumbre (UniãoAP), que teria se comprometido previamente a apoiar o texto.

Outro experiente aliado concorda que as contingências da aliança que elegeu Motta tornaram sua gestão quase inviável. Ele admite, entretanto, que o presidente da Câmara "demora muito" a se posicionar. "Na política, você vai ter sempre que ter um lado. Você pode tentar atender a todos de alguma forma, mas precisa ter o seu lado, senão não funciona. Até hoje a

gente não sabe direito qual é a dele", criticou.

A poucos dias do recesso parlamentar, Motta e Lula se reuniram. A conversa foi em torno de algum tipo de correção de rota na relação entre Câmara e Planalto. Aliados acreditam que Motta estará mais alinhado ao presidente candidato à reeleição. O favoritismo de Lula e as circunstâncias da política na Paraíba indicam esse caminho como o mais provável, mas o primeiro ano do presidente da Câmara não recomenda prognósticos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251230/>

Receita extra em dezembro deve "salvar" meta fiscal

Jéssica Sant'Ana

Após registrar um déficit acima do esperado em novembro, o governo contará com mais de R\$ 20 bilhões em receitas extras em dezembro para fechar o ano cumprindo a meta fiscal de resultado primário, considerando as deduções legais e o intervalo de tolerância permitido pelo novo arcabouço fiscal. Essas receitas extraordinárias virão de dividendos das estatais, em especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e do leilão de áreas não contratadas do pré-sal.

A previsão da equipe econômica é que o governo central registre um déficit primário de cerca de R\$ 20,6 bilhões no acumulado de 2025, resultado que, se confirmado, ficará dentro da meta fiscal estabelecida para o ano. A meta é de déficit zero, mas há um intervalo de tolerância que admite um déficit de até R\$ 31 bilhões.

O número, contudo, desconsidera R\$ 44,5 bilhões em despesas relacionadas a precatórios, ao resarcimento dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e a gastos com projetos estratégicos de defesa. Esses gastos podem ficar fora do cálculo do resultado primário para efeitos de cumprimento de meta devido a leis aprovadas pelo Congresso ou autorizações dadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Considerando essas deduções, o resultado do governo central deve ser de um déficit de R\$ 65 bilhões em 2025. Esse é o valor considerado como o resultado fiscal efetivo por especialistas, pois é o que impacta a dívida pública federal.

Até novembro, o governo acumula um déficit primário de R\$ 40,6 bilhões, considerando as deduções legais. "Com isso, precisaremos de R\$ 9 bilhões ou 10 bilhões de resultado positivo em dezembro para cumprimento da meta [considerando o piso inferior]", afirmou o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, na segunda-feira (29).

Para dezembro, a expectativa é de um superávit melhor, da ordem de R\$ 20 bilhões, impulsionado pelas receitas extraordinárias, o que faria o governo terminar o ano com um déficit em torno de R\$ 20,6 bilhões, considerando as deduções. "A expectativa é

dessa ordem [déficit de R\$ 20,6 bilhões], mais ou menos, tem alguma variação, talvez um pouco menor", afirmou Ceron.

O chefe do Tesouro disse que ingressarão nos cofres públicos até R\$ 13 bilhões em dividendos das empresas estatais em dezembro deste ano. Serão de R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões de dividendos vindos do BNDES. O restante virá da Petrobras e da Caixa.

Além da receita extra com dividendos, ingressaram nos cofres públicos em dezembro os R\$ 8,8 bilhões do leilão realizado pela Pré-Sal Petróleo (PPSA), que ofertou os direitos da União sobre áreas não contratadas das jazidas compartilhadas de Mero, Tupi e Atapu, todas na Bacia de Santos, na área do pré-sal. A arrecadação ficou abaixo dos R\$ 10,2 bilhões esperados pela equipe econômica, mas ainda assim ajudará o governo a ter um resultado superavitário em dezembro.

"Caminhamos firme para o cumprimento da meta fiscal. Com o retrato que nós temos, o resultado primário está pendendo a ser da ordem mais próximo de R\$ 20 bilhões positivo em dezembro, o que garantiria o cumprimento da meta fiscal com alguma folga [considerando o piso da meta]", disse Ceron. O resultado de dezembro e, consequentemente, do acumulado de 2025 será divulgado no fim de janeiro de 2026 pelo Tesouro Nacional.

Em novembro, o governo teve um déficit de R\$ 20,2 bilhões, informou a secretaria do Ministério da Fazenda. O valor ficou acima do esperado pelo mercado, devido a um remanejamento de depósitos judiciais, resultado de uma negociação tributária da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) com um contribuinte, segundo o subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal, David Athayde.

O déficit primário registrado em novembro foi fruto de queda real de 4,8% da receita líquida e de um crescimento de 4% das despesas totais, números sempre em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Notícias Relacionadas:

[VALOR ONLINE](#)

[Receita extra em dezembro deve 'salvar' meta fiscal](#)

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251230/>

Reforma muda a aposentadoria em 2026 (Previdência)

Para exprimir o sentimento do que representa a virada de ano, certa vez o poeta Carlos Drummond de Andrade escreveu que "quem teve a ideia de cortar o tempo em fatias, a que se deu o nome de ano, foi um indivíduo genial" pois permitiu o milagre da renovação que "tudo começa outra vez, com outro número e outra vontade de acreditar".

Em 2026, haverá uma renovação específica nos números para quem está fazendo as contas para se aposentar pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

A contabilidade dos requisitos da idade e do tempo de contribuição será agravada, para de certa forma adiar as pretensões de quem está na iminência de se aposentar. Previstas na reforma da Previdência realizada na Emenda Constitucional nº 103, algumas regras de transição serão ajustadas automaticamente a partir de 1º de janeiro de 2026.

Elas são aplicadas a trabalhadores que já estavam contribuindo antes de novembro de 2019, mas só terão condições de se aposentar posteriormente.

A primeira delas é a regra de transição batizada de idade mínima progressiva, segundo a qual todos os anos há aumento paulatino na idade mínima para se aposentar. Em 2026, as mulheres precisarão ter 59 anos e seis meses de idade e os homens 64 anos e seis meses.

Além da idade mínima, em ambos os casos se faz necessário ter também o requisito do tempo de contribuição: de 30 anos e de 35 anos para mulher e homem, respectivamente.

A outra regra de transição que será alterada em 2026 é a do sistema de pontos, que é o somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 93 pontos, se mulher, e 103 pontos, se homem.

São considerados pontos cada ano de contribuição previdenciária vertida ao **INSS** e também cada ano de envelhecimento. Para poder se enquadrar nessa regra, é necessário ter o mínimo 30 anos de contribuição (mulher) e 35 anos de contribuição (homem).

Os professores que desejem se aposentar pelo **INSS** também sofrerão mudanças. No Regime Geral de **Previdência Social**, professores da educação básica, a exemplo do ensino infantil, fundamental e médio, têm direito de se aposentar mais cedo.

As regras do sistema de pontos e da idade mínima progressiva são semelhantes aos dos demais trabalhadores. A diferença é que no cálculo dos professores os requisitos são reduzidos em cinco anos em razão da penosidade da profissão.

A regra de transição da idade mínima do professor exige: 54 anos e seis meses mais 25 anos de efetivo magistério para a professora, enquanto o homem precisará ter 59 anos e seis meses, além de 30 anos de efetivo magistério.

No caso na regra do sistema de pontos, a professora precisará atingir 88 pontos, sendo no mínimo 25 anos de magistério e 63 anos de idade. Já o professor deve bater a meta dos 98 pontos, dos quais 30 anos de magistério e 68 anos de idade.

Essas regras de transição só vão parar de aumentar em 2033, quando se estabilizará as mudanças anuais concebidas na reforma da Previdência.

Apesar do cenário de nosso sistema normativo constantemente piorar os requisitos, muitos segurados desconsideram informações que podem acelerar a elegibilidade de se aposentar.

Períodos trabalhados sem anotação da carteira profissional, e posteriormente reconhecidos na Justiça do Trabalho, costumam não ser averbados no **INSS**. Em alguns casos, é possível o segurado inadimplente, desde que prove ter trabalhado, indenizar contribuições previdenciárias não recolhidas no momento oportuno.

Quem trabalhou com insalubridade ou periculosidade até novembro de 2019 pode ampliar a contagem do tempo, com acréscimo de 40% para os homens e 20% para as mulheres.

Em tempos em que cada vez se dificulta mais as regras para se aposentar, é importante o segurado fazer uma revisão de alguma peculiaridade profissional que acelere o processo de aposentadoria. Afinal, já se

foi o tempo descrito por Drummond que o final do ano era só a industrialização da esperança. Em matéria previdenciária, o fluxo temporal hoje reduz em alguns casos a esperança de se aposentar.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2025/12/reforma-muda-a-aposentadoria-em-2026.shtml>

Correios querem cortar R\$ 7,4 BI POR ANO

» VICTOR CORREIA

Em crise, o presidente dos Correios, Emmanoel Rondon, apresentou, ontem, o plano de recuperação que pretende levar a estatal de volta ao azul até 2027. Além de ações emergenciais, como o empréstimo bilionário contratado na semana passada com grandes bancos, a companhia vai demitir, de forma voluntária, até 15 mil funcionários, fechar 1.000 agências e alienar imóveis ociosos, na expectativa de reduzir gastos em R\$ 7,4 bilhões por ano, entre 2026 e 2027.

Conforme dados do balanço da estatal apresentado no fim de novembro, os Correios acumularam deficit de R\$ 6 bilhões, em 2025, completando 13 trimestres seguidos de prejuízos. Desde o quarto trimestre de 2022, no final do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a empresa não fecha no azul e, atualmente, é a estatal federal mais deficitária.

Em entrevista a jornalistas, Rondon, detalhou as três fases do Plano de Reestruturação da estatal até 2027. A conversa foi convocada após a aprovação, na sexta-feira passada, de da captação de R\$ 12 bilhões em crédito contratado de cinco bancos: Caixa Econômica Federal, Bradesco e Banco do Brasil, com R\$ 3 bilhões cada; e Santander e Itaú Unibanco, com R\$ 1,5 bilhão cada. O Tesouro Nacional é o avalista da operação e, portanto, arcará com as parcelas se os Correios não conseguirem pagar o empréstimo.

A medida é considerada essencial para o início da recuperação da companhia, embora ainda faltem outros R\$ 8 bilhões para totalizar os R\$ 20 bilhões necessários para a empresa se recuperar, mas esse montante pode ser captado no próximo ano. A estatal ainda avalia como obter o valor restante, se por novos empréstimos de instituições financeiras ou por aporte direto do Tesouro.

"Isso vai permitir a adimplência da gente nos contratos que temos com fornecedores, com os benefícios de empregados e **tributos**, e recuperar a qualidade da operação.

Criamos um grupo de trabalho, na última semana, para focar na recuperação da qualidade", comentou Rondon. Ele disse que as primeiras ações, emergenciais, visam evitar um prejuízo ainda maior no próximo ano. "Se nenhuma correção for feita para quebrar esse ciclo aqui, o resultado negativo fica potencializado, podendo chegar a R\$ 26 bilhões em 2026. Por isso, a correção de rota precisa ser feita de

forma rápida", afirmou. Mesmo com o plano, a expectativa é que o próximo ano tenha uma "leve piora" em relação a 2025, e que o lucro volte a partir de 2027.

A primeira fase, que objetiva recuperar a liquidez do caixa e melhorar a operação, segue até março. Em seguida, entre 2026 e 2027, a fase 2 representa uma reorganização da empresa, prevendo reduzir em até R\$ 7,4 bilhões os gastos anuais. Uma das principais medidas será o Programa de Demissão Voluntária (PDV), que começa em janeiro, e prevê o desligamento de 10 mil funcionários em 2026 e outros 5 mil em 2027.

O número representa cerca de 17% do quadro de empregados, que gira em torno de 86 mil atualmente.

A medida deve economizar R\$ 2,1 bilhões por ano. A companhia vai rever, ainda, seus planos de saúde e de previdência privada.

Essa etapa inclui ainda a venda de imóveis ociosos, com captação estimada em R\$ 1,5 bilhão, em 2026, e o fechamento de cerca de 1.000 das mais de 5 mil unidades dos Correios, economizando R\$ 2,1 bilhões por ano. Rondon garantiu que a mudança não vai afetar a universalização do atendimento.

Por lei, os Correios devem garantir que os serviços postais básicos, como o envio de cartas e encomendas, sejam acessados por quaisquer cidadãos, em qualquer área do território brasileiro, inclusive, em regiões de difícil acesso.

"Vamos fazer a ponderação entre o resultado e o cumprimento da universalização, para a gente não ferir a ao fecharmos pontos de venda da empresa", afirmou o executivo. A companhia também vai acelerar 11 parcerias privadas que estão em negociação, e que podem gerar impacto de R\$ 1,7 bilhão no próximo ano.

A terceira e última fase do plano envolve uma mudança na estrutura societária dos Correios. Atualmente, a participação é apenas estatal. Para isso, a empresa vai contratar uma consultoria externa para estudar o melhor modelo, que pode ser adotado a partir de 2027. Segundo Rondon, a mudança visa dar sustentabilidade no médio e longo prazo para o serviço postal. Questionado, ele descartou que uma privatização esteja no radar, mas mencionou como possibilidade o modelo de capital misto, como ocorre, hoje, com a Petrobras e o Banco do Brasil.

"Hoje, não tem um olhar sobre privatização, mas tem um olhar sobre parcerias e conjuntos societários.

Tem exemplos de sociedades de economia mista, que funcionam.

Tem exemplos sem economia mista, mas com parcerias específicas para temas relevantes, como negócios financeiros e segurança.

A gente também está enxergando dessa forma", respondeu o presidente. "O que a gente espera que a consultoria nos traga são estudos que casem com a realidade da empresa no contexto que a gente está, para enxergar qual o modelo seguir. Mas a gente está bem aberto, não tem nenhuma definição ainda", acrescentou.

Crise prolongada Segundo Rondon, os Correios enfrentam uma crise iniciada ainda em 2016, ano em que as receitas por encomendas - especialmente por compras on-line - superaram as receitas com cartas. Desde então, a estatal enfrenta dificuldades para ajustar as contas, e passou a competir com gigantes do setor privado, como a Amazon e, mais recentemente, Shopee e AliExpress, bem como outras empresas do setor de logística.

"É uma dinâmica de mercado que ocorreu no mundo todo, e algumas empresas de correios conseguiram se adaptar. Mas várias ainda apresentam prejuízos. Um exemplo é a empresa norte-americana de correios, a USPS (serviço postal dos Estados Unidos, na sigla em inglês) que está reportando prejuízo da ordem de US\$ 9 bilhões", disse.

Além do mercado desafiador, a crise recente, iniciada no fim de 2022, também é causada por outros fatores. Por exemplo, um aumento com os gastos com pessoal, causados por reajustes salariais.

Dois terços dos R\$ 23 bilhões em despesas fixas da companhia são direcionados aos funcionários.

Houve ainda uma queda nas receitas, impactadas, por exemplo, pela "taxa das blusinhas" do atual governo.

A mesma medida que taxou compras internacionais de até US\$ 50, em agosto de 2024, também permitiu que outras empresas passassem a importar esses produtos, o que era exclusividade dos Correios. A empresa estima perda de R\$ 2,2 bilhões com a mudança. Houve ainda um salto no gasto com precatórios - dívidas judiciais - de R\$ 485 milhões em 2022 para R\$ 1,58 bilhão em 2025 (apenas até junho).

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/12/30/all.pdf>

CSN recebe financiamento de R\$ 1,13 bilhão do BNDES

IVO RIBEIRO SÃO PAULO DANIELA AMORIM RIO

RIO Como parte do programa de modernização e reconstrução de sua usina siderúrgica Presidente Vargas, situada em Volta Redonda (RJ), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da família Steinbruch, recebeu financiamento de R\$ 1,13 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), informou ontem o banco estatal de fomento.

Os recursos, segundo o BNDES, vão ser utilizados no projeto de modernização de três unidades de produção da usina da CSN em Volta Redonda, que tem capacidade de produção de 5,8 milhões de toneladas de aço bruto por ano, nos tipos planos e longos.

As linhas de produção passaram a ter problemas no início 2023, afetando a produção de aço bruto da siderúrgica. Em razão disso, a CSN teve de recorrer à importação de placas (produto semiacabado) para poder atender seus clientes em diversos setores - máquinas e equipamentos, embalagens, automotivo e linha branca, entre outros. A empresa anunciou, na época, plano de investimento na usina de quase R\$ 8 bilhões, até 2028.

Além de modernizar várias linhas produtivas, a empresa começou a reconstruir boa parte da usina, que estava com equipamentos obsoletos. Procurada, a CSN não se manifestou sobre o tema.

Segundo **comunicado** do BNDES, o crédito aprovado à CSN prevê R\$ 500 milhões, no âmbito do programa BNDES Mais Inovação, para aquisição de máquinas e bens de informática, além de contratação de serviços tecnológicos para internet das coisas (IoT).

Os demais R\$ 625,8 milhões, acrescenta o banco de fomento, são provenientes da linha Finem (Financiamento a Empreendimentos) e são voltados à modernização das plantas de sinterização de minério de ferro na Usina Presidente Vargas.

Parte dos recursos será utilizada como reembolso de investimentos já feitos desde 2023.

Para a CSN, a aprovação tem grande relevância, pois a empresa não acessava havia tempo as linhas tradicionais para indústria do banco. Segundo apurou

o Estadão, houve suspensão de liberação devido a questionamentos sobre "problemas ambientais" da usina de Volta Redonda, que afetaram aprovação de créditos, além de outras questões envolvendo a empresa e o banco.

ALÍVIO. O financiamento, com reembolso de parte já investida, é um alívio ao caixa da empresa, pois ela atravessa um ano de alavancagem alta, com uma dívida líquida (valor bruto menos o caixa) de R\$ 37,5 bilhões, conforme dados do balanço do terceiro trimestre. Como mais de R\$ 600 milhões são de devolução de valores já aportados pela CSN, o empréstimo tem impacto quase neutro na dívida líquida da companhia.

O nível de endividamento da empresa, em 30 de setembro, levou a agência de classificação de risco S P Global Ratings, em novembro, a rebaixar seus ratings de "brAA+" para "brAA". Para a agência, a companhia não vem conseguindo reduzir seu nível de alavancagem e apontou como necessária, no curto prazo, a venda de ativos de seu portfólio.

Logo após a nota da S P, a CSN anunciou que estava vendendo parte de suas ações na ferrovia MRS Logística para a sua controlada CSN Mineração (CMIN), como forma de reforçar seu caixa, uma vez que não podia - por se tratar de empresas diferentes - acessar o caixa de mais de R\$ 13 bilhões da mineradora de ferro.

O negócio foi consumado na semana passada, com a CSN vendendo para a CMIN o equivalente a 11,2% de participação societária na MRS, por até R\$ 3,35 bilhões. A CMIN, que já era acionista, e tem seu minério transportado pela ferrovia até o terminal de Itaguaí (RJ), passou a deter 29,91% do capital da MRS. A CSN ficou com 7,59%.

A operação de venda das ações ajudou a reforçar o caixa da CSN, mas o mercado e a agência S P esperam que o principal acionista e CEO da companhia, Benjamin Steinbruch, anuncie em 2026 outros movimentos que reduzam a alavancagem da empresa para menos de três vezes a relação entre dívida líquida e o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização).

O empresário disse em reuniões com analistas de

bancos que a CSN tem outras alternativas para reduzir a alavancagem financeira. Segundo a S P, o nível atual é preocupante, requer novos passos e prevê nova avaliação da siderúrgica em 90 dias.

DESCARBONIZAÇÃO. O financiamento atende ao objetivo do governo de investir na descarbonização da indústria, resultando na melhoria da qualidade do ar no entorno da fábrica em Volta Redonda, segundo José Luis Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES. "Além disso, o projeto inclui o reaproveitamento de matéria-prima e fortalece a cadeia produtiva nacional de equipamentos", disse o executivo, em nota do banco à imprensa.

Os investimentos visam atender às obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado pela CSN com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) para adequar os parâmetros previstos nas normas ambientais vigentes, explicou o banco de fomento. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fatia de "empresas-zumbi" no Brasil é a maior de emergentes

Lucianne Carneiro

O Brasil é o país com a maior parcela das chamadas empresaszumbi em uma comparação entre 25 economias emergentes. O percentual é de 16,75% no país, mais de duas vezes a média de 7,58% desses 25 emergentes e bem à frente da Turquia, que ocupa o segundo lugar no ranking, com 13,75%.

Os dados são do estudo "Brasil: o coração da economia-zumbi nos mercados emergentes", publicado pelo pesquisador da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Alberto Granzotto, ao lado dos coautores Igor Bernardi Sonza, Guilherme Kirch, e Wilson Toshiro Nakamura, na Revista Brasileira de Finanças, da Sociedade Brasileira de Finanças.

O conceito de empresas-zumbi abrange companhias em que o rendimento é insuficiente para cobrir o pagamento dos juros de suas dívidas. Embora mais antigo, o termo geralmente é usado em referência a um texto de Ricardo Caballero, Takeo Hoshi e Anil K. Kashyap sobre a década perdida da economia japonesa nos anos 90. Nesse contexto, o conceito descrevia as empresas que sobreviviam graças a crédito barato, que restringia correções do mercado e afetava a produtividade.

"Uma empresa-zumbi é uma morta-viva, sinônimo de empresa improdutiva. São companhias que não só que se endividam, mas têm dificuldade para gerar lucro e continuam operando a despeito de serem improdutivas. E são empresas que investem menos, o que afeta a economia como um todo", afirma Granzotto, autor da tese de doutorado que deu origem ao estudo.

Condições macroeconômicas como juros extremamente elevados e crescimento mais baixo do Produto Interno Bruto (**PIB**) ajudam a explicar essa liderança brasileira no ranking, segundo os autores e especialistas ouvidos pelo Valor, que citam também problemas de gestão nas empresas brasileiras e baixa proteção aos credores. O fenômeno contribui e reflete, ao mesmo tempo, a baixa produtividade brasileira, apontam.

No trabalho dos pesquisadores brasileiros, a seleção dos países foi feita a partir do Índice MSCI de Mercados Emergentes. A partir dessa lista, foram

identificadas as companhias de capital aberto desses mercados. O ranking considera, portanto, os países com a maior proporção de empresas-zumbi nesse conjunto de companhias abertas.

Pela metodologia do estudo, as empresas são classificadas como zumbi quando atendem a dois critérios. O primeiro é a relação entre a geração de caixa medida pelo Ebitda (lucro antes dos juros, **impostos**, depreciação e amortização) e o valor gasto com pagamento de juros, ou o que é conhecido como "cobertura de juros". Nas empresas-zumbi, a geração de caixa é menor que o dispêndio com juro.

O segundo critério é do modelo z-core, que mede a probabilidade de uma empresa entrar em recuperação judicial, que precisa ser abaixo de zero.

A fração de 16,75% de empresas-zumbi no Brasil corresponde ao valor médio entre 2002 e 2021, anos para os quais foram levantados os dados pelos pesquisadores. A taxa é a do indicador estático, que considera o resultado para cada ano.

Um segundo cálculo feito pelos autores brasileiros é o do indicador dinâmico, que considera a média para três anos e dilui o impacto de fatores mais específicos, como uma recessão em determinado ano. Por essa métrica, o percentual no Brasil é de 13,94%, ante 5,49% na média dos emergentes e 11,81% da Malásia, país na segunda posição.

No caso do Brasil, diz Alberto Granzotto, ambos os cálculos apontam para a mesma dinâmica, que é a de maior fração de empresas-zumbi entre os 25 mercados emergentes avaliados. No estudo, foram comparadas as taxas de juros e de financiamento desses 25 países e os maiores números foram encontrados no Brasil.

Pelo bom funcionamento do mercado, argumenta o pesquisador da UFSM, empresas classificadas como zumbi deveriam "fechar as portas", mas acabam conseguindo prolongar a sobrevivência:

"Em processo evolutivo normal, empresas em situação ruim devem sair do mercado ou entrar em falência. Só que tem crédito sendo oferecido, título de alto risco que pode ser negociado, que é uma forma dessa empresa captar recurso, ou até mesmo algum

mecanismo governamental".

Para o professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) Paulo Feldmann, pouco se fala das empresas-zumbi no Brasil, embora este seja um problema comum e que afeta de maneira intensa a produtividade no país.

Na sua avaliação, fatores como juros, **inflação**, carga tributária e custo de transportes e de energia são fatores que influenciam na maior proporção desse perfil de companhia no Brasil que em outros emergentes, mas a má gestão é a principal explicação:

"Temos problemas sérios de gestão nas empresas brasileiras e vários estudos já mostraram isso. Segundo alguns autores, essa má gestão é uma das principais razões para a baixa produtividade da nossa economia. Empresa-zumbi é tipicamente uma empresa mal gerida".

Nesse contexto da má gestão, aponta Feldmann, está a administração do endividamento das empresas, inclusive levando em consideração o patamar elevado de juros: "Os bancos continuando dando empréstimos para as empresas, não tomam cuidado na concessão ou renovação de empréstimos. Com isso, prolongam a vida dessas empresas, como se estende a vida de uma pessoa que está na UTI".

Na visão do economista Vitor Vidal, da consultoria VVC, a maior proporção de empresaszumbi no Brasil que em outros países reflete "nossa ambiente macroeconômico bagunçado": "O custo de capital é tão grande que causa essa bizarrice de essas empresas-zumbi serem proporcionalmente bem maiores que no resto do mundo".

Na avaliação de Vidal, o debate sobre as empresas-zumbi também engloba a discussão sobre a eficiência da política monetária. Há diferentes fatores, segundo ele, que afetam o impacto da política de juros, como subsídios cruzados, decisões de política fiscal e programas de renegociação de dívidas.

"São questões que prolongam a existência de empresas ou setores não produtivos. Sinais vindo da política econômica e fiscal, do governo, e da monetária, do Banco Central, ditam o ritmo de investimentos das empresas. Em muitas equações, o nível de juros importa para a produção de uma firma, condicionada à confiança", diz Vidal.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251230/>

CNBB critica retrocesso do Congresso

AMANDA S. FEITOZA

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou, ontem, a tradicional mensagem de ano novo, na qual reafirma a esperança cristã como força transformadora, ao mesmo tempo em que faz um duro alerta sobre retrocessos éticos, sociais e democráticos no país. Os bispos se dirigem ao povo brasileiro com palavras de encorajamento, mas também de "grave preocupação" diante de situações que ferem a dignidade humana.

Segundo a CNBB, a mensagem nasce do espírito do Natal e do encerramento do Ano Jubilar nas dioceses, tempo marcado pela alegria da encarnação de Jesus Cristo, mas também, pela responsabilidade diante da realidade nacional.

"Como pastores, exultamos com as vitórias e conquistas e nos inquietamos - e até nos indignamos - com alguns retrocessos no campo da ética e do cuidado com os pobres", afirma.

Entre os pontos positivos de 2025, os bispos destacam avanços na área da saúde, como o aumento do número de médicos por habitante e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). No campo econômico, citam a queda do desemprego, a estabilidade da **inflação**, o crescimento do **PIB**, a expansão do cooperativismo e a abertura de novos mercados internacionais.

Na mensagem, a CNBB também celebra a realização da 30ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP30), em Belém, e o protagonismo do Brasil na área de energias renováveis, além do aumento dos investimentos em sustentabilidade e práticas de governança ambiental e social.

Outro aspecto valorizado é a mobilização social, especialmente, a realização do Plebiscito Popular sobre a redução da jornada de trabalho e a taxação proporcional da riqueza, vista como sinal de participação cidadã e busca por maior justiça social.

Ética, corrupção e juros Apesar desses avanços, o documento elenca uma série de preocupações.

Os bispos apontam o alto custo do pagamento da dívida pública, que compromete investimentos em áreas essenciais, o enfraquecimento da ética e o aumento da corrupção, além da fragilização dos mecanismos democráticos.

Também criticam mudanças em marcos legais, como a Lei da Ficha Limpa, o desrespeito aos povos originários após a aprovação do Marco Temporal, e ameaças à proteção ambiental.

A CNBB denuncia, ainda, a persistência da desigualdade social, o crescimento da violência - com destaque para o feminicídio e crimes motivados pela intolerância -, o avanço das drogas e das economias ilícitas, além da "perda de decoro" e da falta de responsabilidade de algumas autoridades públicas. Para os bispos, discursos de ódio, radicalismos ideológicos e interesses particulares não podem se sobrepor ao bem comum.

A democracia é apresentada como um patrimônio do povo brasileiro que precisa ser cuidado e fortalecido.

Mesmo com suas imperfeições, dizem os bispos, ela é o espaço onde o diálogo, a justiça e a verdade podem florescer. A CNBB conclama a sociedade a reencontrar o caminho da pacificação, do respeito mútuo e do diálogo, assumindo uma postura de "peregrinos de esperança".

"No âmbito da convivência democrática, 2025 foi marcado por profundas tensões e retrocessos sociais, que deixaram feridas abertas no tecido social. Algumas experiências fragilizaram seriamente a confiança nas instituições e desafiaram as pessoas de boa vontade, que acreditam numa sociedade mais justa e fraterna", destaca.

A entidade reiterou que a democracia, embora imperfeita, é patrimônio da sociedade brasileira e exige cuidado permanente, diálogo e responsabilidade institucional.

"A nação precisa reencontrar o caminho da pacificação, do diálogo e do respeito mútuo", afirma.

Apesar das críticas, a CNBB destacou avanços e avaliou que se dirige ao povo brasileiro com uma mensagem de esperança. "No âmbito da saúde, ficamos felizes com o aumento da taxa média de médicos pelo número de habitantes. No campo econômico, alegramo-nos com a retirada de algumas tarifas norte-americanas sobre vários produtos brasileiros, a estabilidade da **inflação**, a taxa de desemprego em queda, o relativo crescimento do **PIB**, o significativo aumento do cooperativismo e a abertura de novos mercados internacionais", pondera a

entidade.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/12/30/all.pdf>

Ganho de produtividade gerado pela IA ainda é restrito, afirma FGV Ibre

Marcelo Osakabe De São Paulo

O esperado impulso à produtividade trazido pelo uso da inteligência artificial (IA) ainda não está sendo percebido de forma mais ampla na economia dos Estados Unidos, o que justifica temores sobre o estouro da bolha das ações de companhias do setor, alerta a mais recente edição do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Para o Brasil, a adoção da nova tecnologia pode trazer ganhos, mas provavelmente vai esbarrar na baixa capacitação e escolaridade da mão de obra, o que deve limitar os ganhos nesse sentido, dizem os economistas.

Usando dados do Federal Reserve de St. Louis, o pesquisador José Júlio Senna mostra que os Estados Unidos alternaram períodos de alta produtividade por hora trabalhada, como os 2,8% por ano do pós-guerra (1948 e 1973) e a os 2,9% da emergência das tecnologias de informação e comunicação (1995 e 2004), com períodos de avanço mais lento, como entre 1974 a 1994 (1,5%) e o atual, de 2005 e 2025 (1,7%).

Mesmo em janelas menores e mais recentes, esse crescimento não tem se sustentado de maneira firme, acrescenta. Do fim de 2023 ao fim de 2024, o crescimento da produtividade por hora trabalhada nos EUA chegou a 2% as vezes 3% em alguns trimestres. Mas em 2025, caiu a 1,2% no primeiro trimestre e 1,5% no segundo, ressalta.

"A produtividade anda em ciclos. Os grandes impulsos inovadores não são permanentes", explica Senna. "O ponto é: existe essa queda de produtividade nos EUA. A inteligência artificial pode mudar esse jogo? Sim, mas ainda não deu para ver nada de excepcional."

O tema preocupa porque, mesmo antes de ter se traduzido em ganhos de produtividade, a corrida pela IA já provocou um novo momento de grande "exuberância" dos mercados acionários americanos. Desde o fim de 2022, o S P 500 se valorizou 68%, mas com grande fosso entre as ações relacionadas à inteligência artificial (165%) e o restante da economia (24%).

Enquanto isso, o índice Shiller PE do S P 500, métrica

que relaciona preço e lucro das ações e é usado para saber se o mercado está supervalorizado, alcançou recentemente 40 pontos, nível não visto desde o estouro da bolha dot-com, do início dos anos 2000, quando beirou os 45 pontos.

A situação fica mais preocupante, segue Senna, quando se leva em consideração que, desta vez, o setor de tecnologia responde pela quase totalidade do crescimento da economia americana nos últimos trimestres, e também pelo investimento. E que muitas das companhias do ecossistema - de fabricantes de chips como a Nvidia a criadoras de assistentes de IA como a OpenAI, Alphabet e Microsoft - são clientes, fornecedoras e investidoras entre si, o que eleva o risco de a derrubada de uma determinada empresa arrastar outras juntamente.

"Dado que as famílias americanas estão muito mais expostas à bolsa do que jamais estiveram, nunca a sociedade americana esteve tão exposta a riscos de bolsa. E o potencial estouro da bolha também afetaria muito o investidor estrangeiro, pois muitos investem sem hedge [proteção] no mercado dos EUA", alerta o ex-diretor do BC, notando que o prejuízo potencial foi estimado em US\$ 35 bilhões pela ex-economista-chefe do FMI Gita Gopinath.

A literatura traz diversas estimativas para o impulso dado pela IA ao crescimento potencial da produtividade do trabalho na próxima década. Para o pesquisador do Ibre e chefe de pesquisa econômica do BTG Pactual, Samuel Pessôa, no entanto, é possível trabalhar com uma banda que vai de apenas 0,1% ao ano, como defendido pelo Nobel de Economia de 2024 Daron Acemoglu, até uma expansão anual de 1%, estimativa defendida pelo também Nobel Philippe Aghion.

"O que existe de diferente entre as projeções pessimistas as otimistas? Não é nada sobre metodologia. Tampouco esses trabalhos consideram que a IA vai mudar velocidade de descoberta de novas tecnologias, o que seria relevante. O que cada lado dá pesos diferentes é: qual a fatia das ocupações serão afetadas pela IA nos próximos dez anos e qual será o impacto da IA sobre ganho de produtividade em cada uma das tarefas. Dependendo do maior ou menor otimismo sobre esses dois fatores, gera essa diferença."

De qualquer forma, mesmo olhando para as estimativas mais otimistas, Pessôa acredita que os atuais preços do setor parecem "um pouco salgados". "Mas não dá para dizer ainda se é uma bolha ou não."

O problema é que não existem bons instrumentos para combater bolha, segue Senna. "Não há alta de juros que fará as pessoas pararem de especular. Além disso, implicariam custos descabidos para o restante da economia."

Novamente, o paralelo é o estouro da bolha de tecnologia. O Federal Reserve já vinha elevando a taxa básica de juros americana desde 1999, mas isto não impediu o estouro da bolha no final do ano seguinte. O evento levou a três anos de desempenho negativo do Nasdaq, que só foi recuperar o patamar alcançado naquele período 14 anos depois.

Para o Brasil, o FMI estimou em 2024 que a IA poderia aumentar o **PIB** em 5% em um horizonte de cerca de dez anos, ajudando na maior acumulação de capital e uma elevação da produtividade total dos fatores (PTF) em pouco mais de 1%.

"Seria importante para o país usar a tecnologia em áreas em que é possível reduzir custos e ganhar eficiência, como saúde. A grande restrição do país é em capital humano. A teoria sugere que serão os trabalhadores com ensino superior completo é que estarão mais expostos à IA", nota a coordenadora do boletim, Silvia Matos.

Segundo estimativas da OCDE, o país tem apenas 24% da população adulta com superior completo. É uma proporção ainda muito baixa, levando em consideração

tanto países desenvolvidos como Estados Unidos (52%) e Coreia do Sul (70%) quanto emergentes, como Chile (41%) e Peru (46%).

Para Silvia, esse quadro suscita não apenas a rediscussão da qualificação da mão de obra, mas também do aperfeiçoamento dos programas de requalificação e de aprendizagem contínua - áreas em que a política pública é especialmente defasada no Brasil.

O risco, segue, é acabarmos com dois grupos bastante distintos no mercado de trabalho: os extremamente qualificados, que saberão implementar a IA em sua rotina e gerar ganhos de produtividade e salarial, e o restante, que não terá o mesmo auxílio dessa tecnologia.

Pessôa, por sua vez, nota que diversos estudos têm

mostrado que a inteligência artificial traz ganhos de produtividade sobretudo aos trabalhadores menos qualificados.

"Ao contrário das revoluções tecnológicas anteriores, em que a robótica e automação tiraram empregos de fábrica e de escritório sobretudo de trabalhadores com ensino médio ou profissionalizante, desta vez a IA parece ser complementar a esse grupo menos escolarizado. Pode ser um efeito benéfico, até se pensarmos que o aumento da desigualdade para esse grupo nessa janela foi um dos fatores que desaguraram no populismo de direita encarnado pelo presidente Donald Trump."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251230/>

Investimento fere arcabouço, mas segue baixo

Jéssica Sant'Ana De Brasília Valor

O valor que vem sendo empenhado pelo governo federal em investimentos públicos tem superado o piso legal orçamentário, criado pelo novo arcabouço fiscal. Ainda assim, a proporção dos investimentos públicos continua estagnada, em 0,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Especialistas ouvidos pelo Valor afirmam que os valores empreendidos estão distantes do que seria ideal para aumentar o nível de investimento do país. Também faltam garantias de que esses recursos estejam disponíveis de forma contínua ao longo dos próximos anos. Falta, ainda, uma análise de custo-benefício sobre como esses recursos são aplicados, essencial para garantir que o dinheiro público seja empregado com qualidade.

O piso de investimento foi criado pelo governo para garantir que a peça orçamentária tenha uma reserva de valores para investimentos em obras públicas. A regra prevê que o governo deve aplicar obrigatoriamente no Orçamento um montante mínimo equivalente a 0,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) estimado no momento de elaboração da peça orçamentária. Contam para o piso despesas ligadas a obras públicas e demais investimentos feitos pelo governo e os recursos subsidiados pela União nos programas habitacionais, como Minha Casa, Minha Vida.

De acordo com dados do Ministério do Planejamento e Orçamento informados ao Valor, o montante empenhado desde 2023 com essas rubricas tem superado o piso. Em 2023, o piso, considerando a regra do 0,6% do **PIB**, era de R\$ 64 bilhões, e R\$ 76 bilhões foram empenhados. Em 2024, o piso teórico era de R\$ 69 bilhões, sendo que o empenho foi de R\$ 80 bilhões. Neste ano, o piso foi de R\$ 74 bilhões, com R\$ 93 bilhões empenhados até a terceira semana de dezembro.

Especialistas, contudo, divergem sobre a eficácia desse mecanismo. Há aqueles que apontam que a existência do valor mínimo para investimento aumenta a rigidez orçamentária, enquanto outros defendem que o piso é somente orçamentário, ou seja, o governo não é obrigado a cumprir,

podendo contingenciar ou bloquear despesas com obras para cumprir as regras fiscais, o que diminui a eficácia da medida.

Parte dos parlamentares tenta tornar a execução do piso obrigatória, mas, até o momento, sem sucesso. Técnicos da equipe econômica argumentam que os valores empenhados para investimento em cada ano têm sido superiores ao piso teórico, por isso não haveria necessidade de tornar o mecanismo impositivo, o que comprimiria as demais despesas discricionárias.

O especialista em infraestrutura Cláudio Frischtak, sócio-gestor da Inter.B Consultoria, lembra que o valor empenhado nem sempre acaba executado de fato (pago), porque muitas despesas viram resto a pagar cancelados, ou seja, que não são pagos nem liquidados.

O Ministério do Planejamento não informou os valores de investimentos pagos por ano.

Dados do Tesouro Nacional mostram que em 2023 e 2024 o investimento público foi de 0,7% do **PIB**. Ou seja, manteve-se inalterado, mesmo com a criação do piso orçamentário. Pela série histórica, o recorde aconteceu em 2014, quando o investimento foi de 1,3% do **PIB**. O número deste governo Lula 3 é menor do que a média dos governos Lula 2, Dilma 1 e 2 e **Temer**, porém ganha de 2021 e 2022, quando o percentual foi de 0,6% e 0,4% do **PIB**, respectivamente.

Apesar de o piso estar trazendo um aumento do investimento público comparado ao fim do governo Bolsonaro, não é possível garantir a eficácia nem que as obras não sejam paralisadas ao longo do tempo, explicam os especialistas. "Até aqui, os investimentos públicos têm superado o piso legal estabelecido em 2023, o que dificulta afirmar que a regra, por si só, tenha elevado significativamente o nível de investimento", afirma Matheus Rosa Ribeiro, analista da consultoria BRCG. "Ainda assim, a instituição de um limite mínimo para investimentos representa um avanço

relevante do ponto de vista da qualidade da despesa pública", completa.

Ele lembra que, para a conclusão de obras, é necessário que os recursos estejam disponíveis de forma contínua e nos prazos adequados, o que nem sempre ocorre. Até abril deste ano (último dado disponível), das 22,6 mil obras financiadas com recursos federais mapeadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), 11.469 estavam paralisadas, o que representa 50,7% do total.

Marcus Pestana, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), diz que o ideal seria que o governo destinasse 20% da receita primária líquida de transferências da União para um plano nacional de investimentos. Porém, apenas cerca de 2,5% da receita líquida vem sendo usada para esse fim.

Isso acontece porque mais de 90% das receitas primárias do Orçamento são consumidas por despesas obrigatórias, como os benefícios previdenciários e os gastos com a folha do funcionalismo público. "Se você tem um Orçamento rígido, que comprime os investimentos, você tem que ter a lucidez de diagnosticar que isso não é o melhor caminho para o país" e fazer as mudanças necessárias, defende Pestana. "Para fazer as mudanças necessárias, tem que ter coragem, decisão política e liderança. Não tem outro jeito", completa.

Frischtak avalia que o piso de investimento em 0,6% do **PIB** é "algo razoável", desde que os recursos sejam direcionados a investimentos que passem por uma análise de custo-benefício. Além disso, esses recursos precisam ser executados de forma íntegra e sem desperdícios, pontua.

O cenário posto, contudo, é o contrário, afirma Frischak. "Nós não temos isso. O PAC, por exemplo, tem algumas vantagens, como o PAC Seleções, que descentralizou a realização de obras, mas qual é a priorização dos investimentos do PAC? E essa priorização passou por um critério e uma análise de custo-benefício? Não", diz Frischak, ao se referir ao Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), o programa de investimentos do governo federal. Para ele, há metodologia e pessoal qualificado para fazer essa análise, mas falta "vontade política".

Frischtak aponta que o Brasil precisa investir mais em mobilidade urbana, um dos principais gargalos de infraestrutura do país, através de parcerias público-privada (PPP). Considerando só recursos públicos, ele afirma que o dinheiro deveria ser direcionado para conectar comunidades isoladas ao setor elétrico nacional e para levar saneamento a comunidades isoladas, que ficam fora da área de concessão das distribuidoras. Também é preciso mais investimento em rodovias vicinais e hidrovias, principalmente na região Norte do país.

Procurada, a Casa Civil não comentou o tema. O Ministério do Planejamento não respondeu aos questionamentos qualitativos do Valor.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251230/>

O impacto do clima global na mesa do brasileiro (Artigo)

Bráulio Borges

Bráulio Borges é diretor da LCA e pesquisador do FGV IBRE. INPE e membro do IPCC.

Um dos maiores impactos da mudança do clima ocorre na produção, no transporte e no consumo de alimentos. Em praticamente todas as regiões do planeta, a produtividade agrícola vem sendo prejudicada por extremos climáticos como secas, inundações e ondas de calor. Estes eventos, somados aos custos crescentes de insumos e de transporte, têm elevado os preços da comida.

Nos últimos 20 anos, a alta foi quase 30% superior à inflação dos bens e serviços - no mundo e no Brasil, segundo o Banco Mundial. Comer está cada vez mais caro, e a população mais pobre é a que mais sofre com essa tendência, que também afeta o acesso a alimentos mais saudáveis e menos processados.

Entre 2000 e 2014, quando esse aumento nos custos dos alimentos já ocorria, embora menos intenso, o percentual da população mundial subnutrida recuou expressivamente, de 12% para perto de 7%, segundo a ONU. Entretanto, entre 2015 e 2019, a queda estancou. Em seguida, houve um retrocesso, com o indicador da subnutrição voltando a subir. Em 2024, chegou a 8,2%, quase 700 milhões de pessoas.

Essa evolução afasta o mundo de atingir um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas para 2030: erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Não existe só uma causa para este aumento, mas vários estudos recentes ressaltam o papel crescente da mudança do clima. Um relatório da OCDE publicado em junho apontou que, desde 2015, secas severas ou extremas atingiram de 25% a 30% da superfície da Terra onde é possível produzir alimentos. É o dobro dos cerca de 15% observados nas décadas anteriores e quase o triplo dos 10% do início do século 20. O Brasil, um dos principais exportadores líquidos de alimentos, foi o que mais sofreu com secas nas últimas duas décadas, tanto em frequência quanto em intensidade.

Isto se reflete de forma visível nos números da

produtividade agregada da agropecuária brasileira. Segundo a USDA, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, ela cresceu só 0,4% ao ano entre 2015 e 2022, após ter avançado expressivamente 3% anualmente entre 1995 e 2014. A desaceleração dos ganhos de produtividade econômica também ocorreu em outros grandes exportadores, como os Estados Unidos e a Argentina. Além de levar em conta a evolução do rendimento por hectare, o cálculo considera os custos de insumos.

Há outros fatores que contribuem para o aumento, mais relacionados à demanda, como a expansão do uso de biocombustíveis. Entre o começo dos anos 1990 e o dos anos 2000, a produção global de cereais destinada a usos industriais ficou estável, um pouco abaixo de 4%. Desde então, o percentual mais do que dobrou, chegando a cerca de 9%, impulsionado pelo uso do milho para esse fim.

Na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, particularmente no Brasil, não há uma relação direta com a redução na produção de alimentos, ou competição por uso do solo. No Brasil, o percentual de terras agricultáveis ocupadas por cana-de-açúcar é de cerca de 15%. Embora a substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis reduza as emissões de gases de efeito estufa (o transporte responde por 25% das emissões globais), assim como outras ações de mitigação, a exemplo da eletricidade por fontes renováveis, essas mudanças ainda não foram suficientes para arrefecer a mudança do clima.

As projeções para o futuro vêm piorando. Os cientistas alertam há anos que cada aumento da temperatura média global acarreta impactos em todos os setores da economia. A agricultura é uma das mais vulneráveis: estimativas recentes do chamado Custo Social do Carbono indicam que metade desse custo é oriunda dos danos causados ao setor. Caso o encarecimento relativo dos alimentos se prolongue para os anos vindouros, poderá gerar ainda mais instabilidades políticas.

São positivas as medidas de enfrentamento à insegurança alimentar, como a transferência de valores monetários para as famílias mais pobres. Foi o que tirou o Brasil do mapa da fome. Mas é urgente fortalecer o engajamento global para aumentar, de forma muito mais ambiciosa, as medidas de mitigação

da mudança do clima. São também necessárias medidas de adaptação com o potencial de melhorar a produção agrícola e frear a subida dos preços.

É importante mudar o modelo de produção de alimentos: o uso acentuado do modelo baseado na chamada "revolução verde", que vem dos anos 80, esgota os recursos naturais, principalmente do solo, exigindo mais insumos externos e controle de pragas e doenças. Tudo isso eleva os custos de produção (não captados pelas medidas de produtividade "física", toneladas/hectare) e pode gerar externalidades negativas, como a degradação do solo e a contaminação dos corpos hídricos.

Também é preciso alterar hábitos de consumo, pois há uma elevada heterogeneidade da pegada de carbono entre os tipos de alimentos. A produção de carne bovina apresenta emissões quase dez vezes maiores do que as proteínas suínas, de frango ou peixe. A Dinamarca estabeleceu a cobrança de uma taxa de carbono (carbon tax) associada à emissão de metano pelo gado bovino e suíno, de quase US\$ 100 por tonelada. Começará a vigorar em 2030.

Dentre as medidas de adaptação, além de um sério mapeamento de riscos à produção agrícola nas regiões do Brasil, há necessidade de políticas públicas que fomentem a transformação do modelo de produção, a conservação e recuperação de solos, a agricultura regenerativa, a diversificação da produção - por meio, por exemplo, da expansão da prática de integração (como pasto-lavoura-floresta) - e uma maior disseminação do seguro rural. Reduzir as oscilações de renda dos produtores tende a impulsionar a oferta.

Na COP30, no stand da Agrizone, várias foram as propostas de estabelecer a transição do atual modelo de produção para um mais equilibrado, com práticas conservacionistas e regenerativas. Dois estudos chamaram a atenção: o da rede de inteligência em agricultura tropical, apoiada pelo agronegócio, e o do NET zero 2040, apoiado por setores ambientalistas. As soluções indicadas vão no sentido de mudar o modelo de produção, ampliar o uso de bioinsumos e reduzir as emissões. Acreditando na viabilidade destas propostas, poderemos, de forma otimista, mas crítica, esperar maior oferta de alimentos com preços mais razoáveis.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251230/>